

Cosseguro: Breves Reflexões em face da Cosseguradora Líder a partir do Marco Legal dos Seguros (Lei nº 15.040/24)

Pablo Stolze Gagliano

1. Ponto de Partida: Fixando Algumas Premissas

O objetivo deste breve texto é, com base em nossa obra recentemente publicada¹, escrita em coautoria com os professores Flávio Tartuce e Carlos Elias de Oliveira, destacar um interessante aspecto em torno do cosseguro, a partir do novo tratamento dispensado pela Lei nº 15.040, de 2024 (Marco Legal dos Seguros), em vigor desde dezembro de 2025.

A forma primitiva e mais rudimentar de seguro decorreu da união de pessoas formando uma espécie de *socorro mútuo*, sob a forma de um fundo, visando a se acautelar dos riscos inerentes às suas atividades².

Pedro Alvim, em obra clássica, observa que:

“A História registra a existência dessas sociedades desde remota antiguidade. Segundo Plínio, funcionavam na Ásia *ad sustinendam tenuiorum inopiam*. Esclarece o citado autor Fernando Emygdio da Silva que os gregos deram largo desenvolvimento ao princípio associativo em todas as suas formas, religiosa, política, comercial, marítima — e como tal criaram, sob o nome de *sinedrias*, *hetairos* ou *eranos*, sociedades do tipo de socorro mútuo.

(...)

Aparecem, também, em Roma, sob a denominação de *sodalitia* ou *collegia*. Reuniam, em geral, os indivíduos mais pobres ou pertencentes a classes humildes, com o propósito de angariar meios para a assistência médica aos doentes, despesas de funeral, sepultura honrosa etc. Posteriormente, os *collegia* adquiriram maior importância no meio social romano”³.

Logicamente, ao longo da história, a noção de seguro fora ganhando tessitura própria, autônoma, além de inegável relevância jurídica e acentuada complexidade.

Em linhas gerais, o contrato de seguro consiste no *negócio jurídico por meio do qual, mediante o pagamento de um prêmio, o segurado, visando a tutelar interesse legítimo,*

¹ Para o aprofundamento no estudo do tema, confira-se: TARTUCE, Flávio, GAGLIANO, Stolze Pablo e OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. Marco Legal dos Seguros – Lei nº 15.040, de 09 de dezembro de 2024. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026.

² GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Contratos, vol. 4. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2025, p. 529.

³ ALVIM, Pedro. O Contrato de Seguro, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 3.

*assegura o direito de ser indenizado pelo segurador em caso de consumação de riscos predeterminados*⁴.

Fixadas essas noções gerais, não se confunda o *cosseguro*, ora estudado, com o *sobresseguro*⁵.

No dizer de Trepát Cases, em excelente obra, ainda debruçada nas regras anteriores à entrada em vigor do Marco Legal, os institutos não se confundem:

“O sobresseguro, também denominado seguro a maior, é o seguro no qual o valor da apólice é maior do que o valor do bem segurado e não se confunde com o cosseguro (art. 761); a operação consiste na repartição de um mesmo risco, de um mesmo segurado, entre duas ou mais seguradoras, e podem ser emitidas tantas apólices quantas forem as seguradoras ou uma única apólice, por uma das seguradoras, denominada nesse caso Seguradora Líder, não se verificando, ainda assim, quebra do vínculo do segurado com cada uma das seguradoras que respondam isoladamente, perante ele, pela parcela de responsabilidade que assumiram”⁶.

De fato, especialmente quando o risco envolvido implica, em caso de sinistro, o pagamento de vultosas indenizações, é comum seguradoras associarem-se para a mesma cobertura, visando a repartir o ônus, em caso de pagamento de indenização ao segurado, *caracterizando o cosseguro*.

O próprio site oficial da SUSEP define-o:

“Divisão de um risco segurado entre várias Seguradoras, cada uma das quais se responsabiliza por uma quota-parte determinada do valor total do seguro. Uma delas, indicada na apólice e denominada Seguradora Líder assume a responsabilidade de administrar o contrato, e representar todas as demais no relacionamento com o segurado, inclusive em caso de sinistro. (Circular SUSEP 291/05).”⁷.

Também não se confunde com o *resseguro*⁸, uma vez que, neste último, não há propriamente, uma *repartição horizontal de responsabilidades*, como se dá no cosseguro,

⁴ Art. 1º, Lei nº 15.040/24 (Marco Legal dos Seguros): Pelo contrato de seguro, a seguradora obriga-se, mediante o pagamento do prêmio equivalente, a garantir interesse legítimo do segurado ou do beneficiário contra riscos predeterminados.

⁵ GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Contratos, vol. 4. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2025, p. 568-569.

⁶ CASES, José Maria Trepát. Código Civil Comentado — (Arts. 693 a 817), São Paulo: Atlas, 2003, v. VIII, p. 259.

⁷ <https://www.gov.br/susep/pt-br/conteudo-do-glossario/c-d/c/co-seguro> (acesso em 4 de janeiro de 2026).

⁸ Arts. 60 a 65, Lei nº 15.040/24.

mas sim, a situação em que uma seguradora contrata outra (resseguradora) para se acautelar.

Segundo Carlos Eduardo Elias de Oliveira e João Costa-Neto, o resseguro é o “seguro do seguro”, ou seja, “a transferência total ou parcial da responsabilidade do segurador para o ressegurador”⁹.

A propósito, ensina Flávio Tartuce:

“O cosseguro não se confunde com o resseguro, hipótese em que uma seguradora contrata outra seguradora (resseguradora), temendo os riscos do contrato anterior, aplicando-se as mesmas regras previstas para o contrato regular. Assim como ocorre com o cosseguro, o resseguro também está geralmente presente em contratos empresariais envolvendo grandes riscos e quantias de valor considerável. Nos dois casos, diante da natureza securitária do negócio, deve ser aplicado o prazo prescricional específico previsto para o seguro, constante do art. 206, § 1º, do Código Civil”¹⁰.

É de fundamental importância, nesse contexto introdutório, que se tenha uma visão geral das normas em torno do cosseguro¹¹, na Lei 15.040/2024:

Art. 33. Ocorre cosseguro quando 2 (duas) ou mais seguradoras, por acordo expresse entre si e o segurado ou o estipulante, garantem o mesmo interesse contra o mesmo risco, ao mesmo tempo, cada uma delas assumindo uma cota de garantia.

⁹ OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de e COSTA-NETO, João. Direito Civil – Volume Único. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Método, 2024, p. 712.

¹⁰ TARTUCE, Flávio. Código Civil Comentado: Doutrina e Jurisprudência. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2025. p. 601.

¹¹ “Não cuidou, o Código Civil, de definir e disciplinar mais detidamente o cosseguro, preocupação que teve o legislador, quando da edição do novo Marco Legal dos Seguros. É digno de nota que a Lei Complementar 126, de 15 de janeiro de 2007, tratou das operações do cosseguro, e, ainda, dispôs sobre a política de resseguro, retrocessão e sua intermediação, as contratações de seguro no exterior e as operações em moeda estrangeira do setor securitário, alterando o Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, além de haver dado outras providências. De acordo com a referida Lei Complementar, considera-se cosseguro a ‘operação de seguro em que 2 (duas) ou mais sociedades seguradoras, com anuência do segurado, distribuem entre si, percentualmente, os riscos de determinada apólice, sem solidariedade entre elas.’ A Lei nº 15.040/24 (Marco Legal dos Seguros) guarda sintonia com essa diretriz normativa. Caberá, outrossim, vale acrescentar, nos termos do art. 32, inc. VIII, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966 (com redação dada pelo Decreto-Lei nº 296/67), ao Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, privativamente, disciplinar as operações de cosseguro. O Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), ‘órgão responsável por fixar as diretrizes e normas da política de seguros privados, é composto pelo Ministro da Fazenda (Presidente), representante do Ministério da Justiça, representante do Ministério da Previdência Social, Superintendente da Superintendência de Seguros Privados, representante do Banco Central do Brasil e representante da Comissão de Valores Mobiliários¹¹’” (TARTUCE, Flávio, GAGLIANO, Stolze Pablo e OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. Marco Legal dos Seguros – Lei nº 15.040, de 09 de dezembro de 2024. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026, p. 165).

Art. 34. O cosseguro poderá ser documentado em 1 (um) ou mais instrumentos contratuais emitidos por cada uma das cosseguradoras com o mesmo conteúdo.

§1º O documento probatório do contrato deverá destacar a existência do cosseguro, as seguradoras participantes e a cota da garantia assumida por cada uma.

§ 2º Se não houver inequívoca identificação da cosseguradora líder, os interessados devem dirigir-se àquela que emitiu o documento probatório ou a cada uma das emitentes, se o contrato for documentado em diversos instrumentos.

Por fim, retomando o nosso objetivo, cuidaremos, no tópico seguinte, de proceder com um destaque em torno do cosseguro, especificamente em face do art. 35 do Marco Legal.

2. Reflexões sobre o Art. 35 do Marco Legal e a Atuação Processual da Cosseguradora Líder

O art. 33 do Marco Legal é claro ao dispor que “ocorre cosseguro quando 2 (duas) ou mais seguradoras, por acordo expresso entre si e o segurado ou o estipulante, garantem o mesmo interesse contra o mesmo risco, ao mesmo tempo, cada uma delas assumindo uma cota de garantia”.

Alguns pressupostos podem, claramente, ser daí extraídos:

- a) O cosseguro exige, logicamente, o número mínimo de duas seguradoras envolvidas na repartição do risco.
- b) Não se dá de forma tácita, pois exige expressa convenção firmada entre as seguradoras e o segurado ou estipulante.
- c) Todas as seguradoras garantem ou acautelam o mesmo interesse jurídico tutelado, em face do mesmo risco, simultaneamente.
- d) Não há regra geral e apriorística de solidariedade, porquanto cada uma das seguradoras assume uma cota da garantia¹².

Note-se que o legislador, em vez de mencionar *porcentagem*, preferiu utilizar a expressão “cota da garantia”, o que nos parece mais técnico e adequado, ainda que, em termos matemáticos, exista uma expressão econômica porcentual.

Observe-se, agora, a importância da *seguradora líder*, nos termos do art. 35 do Marco Legal:

Art. 35. A cosseguradora líder administra o cosseguro, representando as demais na formação e na execução do contrato, e as substitui, ativa ou passivamente, nas arbitragens e nos processos judiciais.

¹² TARTUCE, Flávio, GAGLIANO, Stolze Pablo e OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. Marco Legal dos Seguros – Lei nº 15.040, de 09 de dezembro de 2024. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026, p. 166.

§ 1º Quando a ação for proposta apenas contra a líder, esta deverá, no prazo de sua resposta, comunicar a existência do cosseguro e promover a notificação judicial ou extrajudicial das cosseguradoras.

§ 2º A sentença proferida contra a líder fará coisa julgada em relação às demais, que serão executadas nos mesmos autos.

§ 3º Não há solidariedade entre as cosseguradoras, arcando cada uma exclusivamente com sua cota de garantia, salvo previsão contratual diversa.

§ 4º O descumprimento de obrigações entre as cosseguradoras não prejudicará o segurado, o beneficiário ou o terceiro.

O caput do dispositivo realça a relevância da seguradora líder, que exerce função de administração e de representação, inclusive com a possibilidade de substituição processual das demais cosseguradoras.

O texto legal é técnico e preciso, porquanto diferencia a “representação” na formação e execução do contrato da “substituição processual”, ativa ou passiva, quer na jurisdição estatal, quer na jurisdição arbitral.

Note-se que há a possibilidade de a seguradora líder propor uma demanda na defesa de seus interesses – como legitimada ordinária – ou no interesse das demais cosseguradoras – legitimação extraordinária ativa.

Para além disso, há expressa menção a uma legitimidade extraordinária passiva, nem sempre comum nos textos legais processuais, porquanto a seguradora líder pode ser demandada isoladamente e o resultado que advier do processo poderá atingir as demais seguradoras:

§ 1º Quando a ação for proposta apenas contra a líder, esta deverá, no prazo de sua resposta, comunicar a existência do cosseguro e promover a notificação judicial ou extrajudicial das cosseguradoras.

§ 2º A sentença proferida contra a líder fará coisa julgada em relação às demais, que serão executadas nos mesmos autos.

O dever de notificação decorre, logicamente, da situação em que a líder está sendo demandada na qualidade de legitimada extraordinária ou substituta processual. Ademais, esse dever de informação, que naturalmente se dá dentro do processo para o juízo, não se confunde com a comunicação extraprocessual da existência da própria demanda aos demais cosseguradores, por notificação.

Esse dever de informação, sem dúvida, emana da cláusula geral de boa-fé objetiva (dever de proteção ou colateral/Nebenpflicht).

Carlos Gherzi, sobre o tema, afirma:

*La información aparece cumpliendo una función de transcendencia, así en la toma de decisiones (aspecto psicológico); en la conveniencia o utilidad de los precios y o sus financiamientos (aspectos económicos); la cobertura o satisfacción de una necesidad (aspecto antropológico); la defensa o tutela del consumidor (aspecto jurídico) etc., sin embargo no podemos afirmar o fundamentar con firmeza y convicción que socialmente esto sea satisfactorio*¹³.

A ausência da notificação poderá implicar eventual responsabilidade civil da seguradora líder, por quebra do referido dever de informar, à luz da cláusula geral de boa-fé.

Nada impede que as cosseguradoras, por ocasião da pactuação do cosseguro, regulem a forma de notificação, visando facilitá-la, prevendo, por exemplo, a comunicação pela via eletrônica (e-mail devidamente identificado).

A representação judicial da seguradora líder atua com grande poder e consequente responsabilidade, pois, em tese, uma má defesa poderá comprometer todas as demais cosseguradoras.

Note-se que o ingresso, no polo passivo, de uma das cosseguradoras, em procedimento instaurado em face da líder, caracterizará uma assistência litisconsorcial. Não se engane com a expressão “assistência”, pois atuarão e responderão, efetivamente, como parte principal.

E o que dizer dos limites da “coisa julgada” mencionada no §2º?

Por certo, a coisa julgada estenderá os seus limites subjetivos às cosseguradoras que não atuaram no processo ou atuaram como assistentes litisconsorciais:

§ 2º A sentença proferida contra a líder fará coisa julgada em relação às demais, que serão executadas nos mesmos autos.

Um outro importante aspecto é regulado pelo parágrafo §3º:

§ 3º Não há solidariedade entre as cosseguradoras, arcando cada uma exclusivamente com sua cota de garantia, salvo previsão contratual diversa.

A conclusão a que chegamos em nossa obra¹⁴, sobre a solidariedade, foi a seguinte:

¹³ GHERSI, Carlos. Derecho e Información, Revista de Direito Privado, n. 14, abr./jun. 2003, cit., p. 55.

¹⁴ TARTUCE, Flávio, GAGLIANO, Stolze Pablo e OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. Marco Legal dos Seguros – Lei nº 15.040, de 09 de dezembro de 2024. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2026, p. 171.

“A previsão constante no § 3º desse art. 35 é importantíssima, uma vez que, regra geral, não há solidariedade passiva entre as cosseguradoras, de maneira que cada uma terá a sua responsabilidade limitada à sua cota de garantia, ressalvada a existência de expresse ajuste contratual em sentido contrário. Raciocínio inverso, por certo, prejudicaria a própria dinâmica negocial do cosseguro”.

A regra, sem dúvida, é de clareza meridiana no sentido de não haver solidariedade entre as cosseguradoras, ressalvada convenção em sentido contrário que, em nosso sentir, como dito, deve ser expressa.

Frise-se que, nos termos do §1º do art. 34, “o documento probatório do contrato deverá destacar a existência do cosseguro, as seguradoras participantes e a cota da garantia assumida por cada uma”, em respeito ao dever de informação, derivado da cláusula geral de boa-fé objetiva. Esse dispositivo, em interpretação sistemática com o art. 35, afasta a dúvida quanto a ausência de solidariedade como regra geral.

A inobservância do dever de informação, aliás, já fora usada como fundamento para o reconhecimento excepcional de solidariedade, como mencionado em interessante julgado do TJDF, anterior ao Marco Legal dos Seguros:

RECURSO DE APELAÇÃO. DIREITO CIVIL. CONSUMIDOR. SEGURO DE VIDA . FAM MILITAR. COSSEGURO. RESPONSABILIDADE. SOLIDARIEDADE . INEXISTENTE. RESOLUÇÃO 68 DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP. DEVER DE INFORMAÇÃO. LIMITAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DESTACADA EM CONTRATO. DISTINGUISHING. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1 . A modalidade de cosseguro tem regramento próprio, com regras especiais. 1.1 Para regulamentar o correto tratamento a ser dado aos contratos de cosseguro, foi expedida a Resolução número 68 do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. 2 . O artigo 3º da Resolução 68 do CNSP assim define: Não existe responsabilidade solidária entre sociedades seguradoras nas operações de cosseguro. 3. A Resolução 68 do CNSP estabelece a solenidade essencial à validade dos contratos de cosseguro. 3 .1 A apólice firmada deve informar de maneira clara, expressa e em destaque a limitação das responsabilidades assumidas por cada uma das empresas seguradoras. Respeitada a regra, a condição passa a vincular todos os envolvidos. 4. Faz-se necessário adotar a técnica de precedente do *Distinguishing* para diferenciar o caso ora em análise daqueles em que foi reconhecida a responsabilidade solidária entre as empresas de cosseguro. Naqueles casos, a regra especial, positivada pela Resolução 68 do CNSP, foi afastada em razão da afronta ao dever de informação. Vale dizer, afastou-se a regra especial para aplicar a regra geral do Código de Defesa do Consumidor em razão da ausência de destaque sobre a limitação das responsabilidades de cada uma das seguradoras. 5. Cumprido o dever de informação imposto às empresas, por meio da cláusula em destaque no quadro resumo, contendo a limitação da responsabilidade de cada uma das empresas, devem ser aplicadas integralmente as normas da Resolução 68 da CNSP, inclusive quanto à ausência de solidariedade das seguradoras, nos termos do artigo 3º. 6. Ao optar por ajuizar a ação apenas contra uma das empresas, o interessado permitiu a estabilização das relações em face das demais seguradoras, pelo decurso do tempo, operacionalizando-se a prescrição. 7. De acordo com a teoria da actio nata, a prescrição só começa a correr após a ciência efetiva da lesão do

direito . No caso de indenização por incapacidade permanente em razão de acidente sofrido por militar, a prescrição começa a correr da data da inequívoca ciência da incapacidade laboral. O termo inicial é o mesmo para todas as empresas vinculadas ao contrato de seguro. 8. Recurso conhecido e não provido.

(TJ-DF 07240296920218070001 1601467, Relator.: EUSTÁQUIO DE CASTRO, Data de Julgamento: 04/08/2022, 8ª Turma Cível, Data de Publicação: 17/08/2022) (grifo nosso)

A partir do novo diploma está claro que a solidariedade entre as cosseguradoras somente haverá excepcionalmente, em caso de expresso ajuste nesse sentido. Essa diretriz respeita a dinâmica do cosseguro.

Por fim, vale destacar que, em havendo solidariedade contratual prevista, além de a líder atuar como substituta processual, abrir-se-á espaço para que ela, querendo, lance mão do *chamamento ao processo* (arts. 130 a 132 do CPC/2015).

3. Ponto de Chegada: Convite ao Estudo da Nova Lei

Em um mundo cada vez mais “volátil”, que, segundo Byung-Chul Han, “perdeu sua alma e sua fala” e se tornou “desprovido de qualquer som”¹⁵, a imprevisão e o risco, sem dúvida, incrementam-se a cada ano, a cada dia, a cada minuto.

Nesse contexto, o contrato de seguro ganha uma relevância jurídico-social jamais imaginada nos primórdios da nossa República, mas hoje, por certo, acentuadamente compreendida.

O avanço tecnológico impacta direta (e progressivamente) na evolução do seguro.

Por isso, incentivamos, fortemente, o estudo e a compreensão adequada das novas normas do Marco Legal (Lei nº 15.040/2024), que, pondo por terra as antigas regras correspondentes do Código Civil, operaram uma profunda reconstrução em uma importantíssima seara do Direito Privado brasileiro.

¹⁵ HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2024. p. 126.